



Instituto Superior de Ciências da Saúde.

MARIA CLÉA GOMES DE ALMEIDA

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E AS CONSEQUÊNCIAS NO
COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Jacobina - BA
2012**

MARIA CLÉA GOMES DE ALMEIDA

**VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E AS CONSEQUÊNCIAS NO
COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação em Terapia Transpessoal do Grupo Omega de Estudos Holísticos Transpessoais e junto ao INCISA como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Terapia Transpessoal.

Orientadora: Carla Mirelle Silva Almeida

Jacobina- BA
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA CLEA GOMES DE ALMEIDA

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E AS CONSEQUÊNCIAS NO COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicologia Transpessoal, Grupo Omega e INCISA, pelos examinadores:

1-----

2-----

Jacobina BA
julho de 2012

RESUMO

Diante da atual sociedade intitulada como pós-moderna, multifacetada em seus paradigmas de inter-relações humanas e sociais, fez-se necessário discutir acerca da violência intrafamiliar e as consequências no comportamento das crianças e adolescentes. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender as causas de comportamentos agressivos por parte de crianças e adolescentes e suas influências na aprendizagem desses sujeitos durante o seu processo de desenvolvimento psíquico e social. E concomitantemente, discutir e projetar ações de intervenção na conjuntura familiar atual, por intermédio da Terapia Familiar. Sob uma abordagem qualitativa, realizou-se a análise da realidade de crianças e adolescentes, trabalhando com o universo de crenças, valores e significados construídos a partir das relações em seus contextos sociais. Através de um estudo de caso fundamentou-se as concepções que envolvem a estrutura familiar contemporânea, suas necessidades e fragilidades, compreendendo o conceito de violência e a importância da afetividade e da terapia familiar.

Palavras-chave

Violência intrafamiliar; Crianças e Adolescentes; Terapia familiar.

ABSTRACT

Given the current society titled postmodern, multifaceted in its paradigms of inter-human and social relations, it was necessary to discuss about family violence and the impact on the behavior of children and adolescents. In this sense, this research seeks to understand the causes of aggressive behavior by children and adolescents and their influences on learning of these subjects during their process of psychic and social development. And concomitantly, discussing and designing intervention actions in the current family situation, through the Family Therapy. From a qualitative approach, conducted the analysis of the reality of children and adolescents, working with the universe of beliefs, values and meanings constructed from the relationships in their social contexts. Through a case study was based on the concepts involving the contemporary family structure, needs and weaknesses, understanding the concept of violence and the importance of affectivity and family therapy.

Key Words Context

Domestic violence; Children and Adolescents; Family Therapy.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus Pai e Deus mãe razão da minha existência, motivo do meu estar viva, mesmo tantas vezes experimentando o meu *nada*, que diante de tantos vales e serras tem me mostrado a certeza de sua presença na minha história e no meu processo de crescimento individual.

A meus pais que com permissão e bondade de Deus me deram a vida e me ajudaram a dar os primeiros passos, mesmo com sua pobreza financeira, ofereceram aos filhos a certeza que vale a apenas lutar e viver com honestidade.

Às crianças e adolescentes do Projeto Casa Rebeca que diante das tribulações, representam a razão da minha existência em Jacobina. Num aspecto pessoal e profissional me motivam a transcender meus objetivos particulares em prol do outro esquecido e marginalizado, numa missão árdua e cristã.

A irmã Maria Alice que me ajudou a acreditar nos meus talentos, a ter ousadia de crer na justiça. Motivou-me tantas vezes a assumir uma missão difícil com aqueles esquecidos da sociedade.

A você Maria Aparecida e Vera Eça pela disponibilidade e solidariedade na construção desse material. Pela orientação a qualquer momento do dia e da noite.

AGRADECIMENTOS

A Jesus meu melhor amigo que me fez renascer das cinzas.

Aos meus amigos Leonilda, José, Margarete, Derivalda pela partilha do ter e do ser, pelas broncas amorosas que me deram pistas para caminhar.

A vocês queridos colegas de missão no projeto Casa Rebeca que assumiram o meu trabalho na minha ausência e nos momentos de crises interiores, sempre com alegria, assumiram com amor nestes dois anos, todas as dificuldades: Edileuza, Edmundo, Cida, a vocês minha eterna gratidão.

As irmãs do Divino Espírito Santo que me ofereceram em Salvador um teto, que muitas vezes não tinha como pagar hospedagem. Obrigada pela solidariedade.

A você meu orientador espiritual Pe. José Hehemberger que me ajudou a acreditar na vida mesmo em meio a morte e que me fez ver que é possível sonhar com um mundo de Igualdade começando pela paz de espírito. Obrigada por apostar na minha mudança interior e por investir nisto, com tantos sacrifícios.

Como esquecer de dizer a minha turma querida de modo especial a Alda, Vera Eça, Eliete, Francisco, Cristina, Tereza, Maria da Terra, Sonia, Gerolice e seu esposo e Ana Paula secretária na época no Ômega, o empenho para me pegar na rodoviária, e com sua contribuição psíquica, espiritual e financeira, sem nenhuma cobrança, no esforço e na gratuidade sem que me faltasse nada.

A Danilo Flávio Cruz meu psicólogo e orientador do estágio, que provocou mudanças a partir de me mesma e hoje é um amigo que colocou tijolos no meu processo de crescimento. Ofereceu seu tempo para me escutar gratuitamente.

A irmã Luzia e Laudecy que me ofereceram espaço adequado para os atendimentos terapêuticos gratuitamente.

A Mário Risso e a Carla Mirelle que sempre me acolheram com carinho respeitando o meu desempenho intelectual no grupo. Motivando-me a perseverar até o fim dessa etapa de estudo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO I: VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	13
1.1 Conhecendo a estrutura social atual	13
1.2 Violência intrafamiliar: causas e consequências	16
2. CAPÍTULO II: CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
2.1 Crianças e adolescentes do Projeto Casa Rebeca	25
3. CAPÍTULO III: TERAPIA FAMILIAR	26
4. CAPÍTULO IV: CAMINHOS METODOLÓGICOS	32
4.1 O estudo de caso	32
4.2 Lócus da pesquisa	34
4.3 Participantes	34
4.3.1 Crianças e adolescentes	34
4.3.2 Os avós das crianças e adolescentes	34
4.3.3 As educadoras do Projeto Social	34
4.4 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	35
4.4.1 Observação Participante	36
4.4.2 A entrevista semi-estruturada	36
5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	38
5.1. Resultado da Observação Participante	38
5.2. Contribuições da Entrevista semi-estruturada	40
5.2.1 Relações intrafamiliar	40
5.2.2 A afetividade em questão	42
5.2.3 A violência intrafamiliar e as consequências na aprendizagem	44

CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

A família desenvolve um papel decisivo na educação formal e informal do indivíduo (FERRARI e KALOUSTIAN, 1994, p. 11). Neste espaço educativo, valores são absorvidos, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelas famílias decorrentes das rápidas transformações sociais e culturais (que a sociedade tem perpassado). Nesse segmento da sociedade os valores éticos e humanitários são vivenciados, podendo aprofundar laços de solidariedade, e a partir daí construir bases para as futuras gerações.

Aproximando-se da problemática da violência intrafamiliar, o presente trabalho busca problematizar as possíveis intervenções no comportamento de crianças e adolescentes que se expressam de maneira violenta. É objeto dessa pesquisa investigar a causa do comportamento agressivo por parte de crianças e adolescentes, assim como, discutir e projetar ações de intervenção no comportamento dos mesmos por intermédio de uma proposta de atendimento familiar, através de uma oportunidade terapêutica, na visão sistêmica.

Para tanto, se fez necessário identificar as causas dos conflitos no âmbito familiar, especificando, inclusive, a relação com a aprendizagem e o comportamento, compreendendo a criança e o adolescente nos seus diferentes aspectos: físico, cognitivo e afetivo, para que a partir daí, seja possível estabelecer medidas de intervenção, assim como levantar hipóteses que conduzam a possíveis hipóteses de respostas à pesquisa. Dessa forma, foi necessário analisar a falta de afeto dos pais, que pode tornar as crianças e adolescentes violentos; como os conflitos entre as figuras parentais que podem aumentar a insegurança nos/dos filhos.

A terapia familiar pode apontar para possíveis soluções, a partir da reflexão e do reposicionamento de papéis dos protagonistas da família, potencializando o lugar de cada um com suas devidas atribuições, e, ainda, na perspectiva da família poder rever seus valores e seus limites.

Neste estudo é preciso considerar que o pós-modernismo tem contribuído para a mudança de comportamento, no que se refere às relações. O modelo da

família mista é um exemplo de mudança, em que pais divorciados convivem com filhos de outros casamentos, onde nem sempre a relação entre ex-conjugues é amigável, podendo não trazer bons resultados. Correndo-se o risco, nesse tipo de dinâmica, da autoridade ficar perdida, onde a tendência é que os componentes da família percam sua identidade. Dessa forma as funções ficam ameaçadas, sofrendo um desvio, onde os filhos acabam por ocupar o lugar de autoridade, já que o casal encontra-se enfraquecido por suas necessidades emocionais pessoais, expressas através de brigas e discussões presenciadas pelos filhos, além de uma possível alienação parental.

A partir de um convívio familiar conflituoso, crianças e adolescentes constroem suas histórias marcadas por atitudes violentas, refletindo em suas aprendizagens pessoais ao longo de todo processo relacional humano. Em vista a essa conjuntura social, esse trabalho visa refletir acerca das intervenções necessárias para que possa encontrar outra maneira de se relacionar, recuperando o que ainda há de saudável na/da relação.

Após uma percepção dos entraves existentes no universo familiar, reside a importância da Terapia Familiar como intervenção nas relações sociais conflituosas de crianças e adolescentes em seu ambiente familiar e social.

Faz-se necessário desenvolver mecanismos de colaboração entre a família, na perspectiva de superar as dificuldades em relação à convivência entre os integrantes da mesma, integrantes esses, que, muitas vezes estão convencidos das necessidades de amor, mas, apresentam sérias dificuldades em demonstrar seus sentimentos positivos para com o outro.

Os pais, muitas vezes, deixam como legado para os filhos, seus traumas de infância, o que vem refletir a vivência de forma negativa por toda a vida, tanto para os pais como para os seus descendentes.

Em função do panorama acima descrito acerca dessa temática da violência intrafamiliar e, ainda, abarcando todo seu contexto social, faz-se necessário identificar as causas de ações violentas por parte das crianças e adolescentes, por meio da pesquisa.

Essa monografia está organizada em quatro capítulos, a saber:

Capítulo 1 - Concepções acerca da violência intrafamiliar

Contextualizamos a temática em questão relevando a estrutura social, econômica e política atual, mediante os conceitos e significados que os índices de violência intrafamiliar possuem e os contrapontos que abarcam essa conjuntura.

Capítulo 2 – Crianças e adolescentes: agentes de aprendizagem

Abordamos as significações que a crianças e adolescentes constituíram ao longo de nossa história brasileira, desmistificando o ideário de incapacidade e dependência dos adultos. Construindo a partir disso, concepções de sujeitos que aprendem, ensinam e constroem valores baseados em suas experimentações sociais.

Capítulo 3 – Terapia familiar: um caminho de possibilidades

Discorreremos sobre a terapia familiar como algo que possibilite uma mudança nas vivências das famílias, a fim de qualificar o cenário de opressão que vivem muitas crianças e adolescentes vítimas da violência, manifestadas em diferentes maneiras. Como uma possibilidade, a terapia familiar se insere neste contexto de violência nas famílias, apresentando formas de vivências baseadas no diálogo, no respeito mútuo e na união entre os membros familiares.

Capítulo 4 – Metodologia de pesquisa

Trata-se de abordar o estudo de caso e suas contribuições para essa pesquisa, bem como discorrer dos resultados alcançados no desenvolvimento deste processo qualitativo. Sob a análise de informações obtidas em diferentes óticas, buscou-se um olhar abrangente diante do contexto em questão através dos instrumentos da entrevista e observação participante.

Considerações Finais

Tecemos aqui algumas considerações acerca da violência intrafamiliar e suas consequências no processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes. Analisando um panorama social e familiar, abordamos relações entre parentescos e educadores e seus laços afetivos construídos. Na tentativa de contribuir para uma melhoria relacional entre os sujeitos da pesquisa, consideramos os valores e atitudes familiares relevantes na compreensão deste estudo.

1. CONCEPÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

1.1 Conhecendo a estrutura social atual

Visualizando o contexto atual repleto de padronizações, opressões e desigualdades sociais, podemos perceber a gama de contraposições existentes em cada âmbito da sociedade, direcionadas principalmente ao requisito familiar, esse que vem perdendo sua significação ao longo de todo processo de modernização relacional entre as pessoas.

Numa estrutura de sociedade em que se baseiam a luta incessante pela sobrevivência, estão milhares de pessoas segregadas e marginalizadas por pertencer uma determinada classe social, explorada pelo Estado, meios de comunicação, e principalmente excluída pela logística do capital, do mercado e do consumo.

Pertencer a este cenário pressupõe o enfretamento de vários tipos de desigualdades, pois essa realidade contempla uma má perspectiva de vida como todo. Ao deparar-nos com o desemprego, a falta de moradia digna, a baixa qualificação escolar, obtemos um resultante de outros problemas atrelados a estes primeiros, como o uso de drogas, o crime, a exploração de menores.

Sabemos que o meio em que vivemos constrói e impõe valores e junto a eles concepções de vida são elaboradas. Como sujeitos de aprendizagem, assimilamos também todo esse contexto negativo de impossibilidades. E a partir de então, aprendemos a viver formas de violência, seja ela ocasionada pelos fatores externos da sociedade, ou vinda da própria família.

[...] ninguém nasce violento, embora a agressividade faça parte da natureza humana. Assim, a violência pode ser desaprendida. Para isso faz-se necessário a promoção de um programa de prevenção envolvendo ações não governamentais e civis conjuntas, para que as pessoas possam “criar um clima harmônico em seus relacionamentos e o fortalecimento dos sentimentos de compaixão e de solidariedade (...) para o estabelecimento da Cultura da Paz” (MALDONADO, 1998, p. 116).

Dentro do sistema capitalista que temos, passamos a visualizar ações não governamentais em busca da manifestação da paz como algo significativo, como um

caminho de possibilidades. Não podemos contar com os interesses mercantilistas do Estado e dos detentores do poder, pois almejam outro tipo de sociedade desenvolvida e produtiva. A distribuição de renda e o acesso ao conhecimento em torno da igualdade em nosso país jamais ganharam ênfase. Vivenciamos historicamente a violência da “desigualdade” que assola a existência de muitos.

A tecnologia e o rápido crescimento da população estão nos levando a um mundo onde o tempo e a distância não podem nos separar. Ao mesmo tempo, confrontamos graves ameaças a nós mesmos e ao planeta. Vivemos com a guerra, com o terrorismo, com a possibilidade de aniquilação por “super armas”, com uma distância crescente entre os que têm, e os que não têm, e com a destruição ambiental. As coisas parecem mais horríveis quando consideramos o assustador potencial de violência presente numa geração de crianças nascidas com dependência de droga, e que logo estarão adultas (LEVINE, 1999, p.191).

Crianças e adolescentes do hoje serão certamente os adultos de amanhã. E que tipo de pessoas se tornarão? Que concepções de vida, de igualdade e justiça construirão? Com que sentimentos crescerão diante desse emaranhado social?

Neste caminho, as relações interpessoais são envolvidas com a excelência da aparência e da superficialidade. A confiança perde espaço para o desrespeito, para a inferiorização do outro, como diz Baumen (2001) estamos vivendo a “liquidez dos sólidos”, onde os valores morais se derretem facilmente, e os aspectos relevantes para um relacionamento sadio e equilibrado foram substituídos por outros meramente líquidos que escoam condicionalmente.

Como é sabido, o principal objetivo de todos os Estados totalitários é solapar os relacionamentos pessoais por meio do temor e da desconfiança; o resultado disso é uma massa atomizada na qual a psique humana é completamente abafada, Até mesmo as relações entre pais e filhos, que é a mais íntima e natural de todas, é despedaçada pelo Estado. Todas as grandes organizações que visam exclusivamente objetivos materialistas são responsáveis pela falta de pensamento das massas. (HOFFMAN, 2005, p.229)

Portanto faz-se necessário contrapor a esse modelo de sociedade estereotipada de interesses desumanos e totalitaristas. Estar à margem e descobrir mecanismos de transformação, requer um exercício de liberdade e autonomia sensibilizados nas crianças e adolescentes vítimas da normalização das situações de risco que vivem mediante aos tipos de violência que o rodeiam.

1.2 Violência intrafamiliar: causas e consequências

Como uma problemática de questão social, a violência em suas diferenciadas manifestações vem desenhando o rosto da realidade infanto-juvenil de nosso país. E sendo algo influenciador nas múltiplas relações entre pessoas diversas, a violência é um problema de saúde pública que atinge as diversas sociedades no contexto global, configurando-se enquanto um fenômeno causador de preocupação a um grande número de pessoas, de ambos os sexos, de todas as gerações, sem considerar nível social, econômico, religioso ou cultural específico. Assim, devemos levar em consideração a responsabilidade da sociedade civil frente aos índices de violência seja ela simbólica ou social. (MINAYO 2005).

Percorrendo os caminhos em direção à violência intrafamiliar em questão, apontamos as tipologias que Day (2003) identifica frente a essa temática. Para ele:

“Existem quatro tipos de violência intrafamiliar: física, psicológica, negligência e sexual.

- A violência física ocorre quando alguém causa ou tentar causar danos de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas e ambas.
- A violência psicológica inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à auto-estima, à identidade ou desenvolvimento da pessoa.
- A negligência é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo aquelas que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física, permanente ou temporária.
- A violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas” (p.03).

Inseridos em ambientes desestruturados seja ele familiar, social, político e também econômico, crianças e adolescentes vivenciam costumeiramente essas tipologias de violência. Vítimas do descaso e negligências dos pais, dos órgãos municipais encarregados de exercer proteção e acompanhamento, ou até mesmo dos responsáveis que ficam em poder da tutela, eles se deparam com essa realidade de opressão. São entendidos meramente como alguém que vive obrigatoriamente a serviço dos adultos, que moldados pela lógica do poder autoritário, conduzem suas inter-relações muitas vezes, de maneira abusiva.

Infelizmente nossa realidade brasileira é palco de todas essas formas de violência contra a criança e o adolescente, invisibilizados pelos interesses da

sociedade neoliberal, que explora, abusa e distorce o seu espaço dentro desse aglomerado de papéis as serem cumpridos. Da família representante da formação basilar à sociedade como meio de socializações, temos um emaranhado de responsabilidades para serem efetivadas.

Seguindo esta perspectiva, Barros (2005) ressalta essa teia social, pois para ela “A violência intrafamiliar está implicada e transversalizada por outras questões, como as políticas sociais, as práticas e a proteção social (p.16). Não é algo simplório, mas, requer uma amplitude de responsabilidades.

Não podemos inviabilizar todo um contexto social que controla e condicionam comportamentos de pessoas que ocupam um determinado espaço na sociedade em detrimento a classe social a que pertença. Portanto, é nessas produções ideológicas massificantes que muitos menores são aprisionados simbolicamente.

Com base nessas prerrogativas, Leão afirma:

“A violência aparece de múltiplas maneiras: há a violência dissimulada na obrigação dos ‘bons’ hábitos, de sempre obedecer às ordens, sem questioná-las, impostas que sejam sob quaisquer formas, tão comum em determinados regimes políticos e que deixa seu caldo de cultura em grupos e formas de poder posteriores; há a violência anônima, feita através de textos legais para beneficiar pessoas determinadas, os fortes, incidindo sobre os fracos; há a violência dos condicionamentos; há uma violência que se diz cega ou irracional, vizinha da violência racionalizada; há uma violência fixa, aceita e tão contundente que põe em crise todas as estruturas, desde os valores éticos e morais até os preceitos legais” (LEÃO, 2001: 220).

Nesse sentido, a violência se encontra em qualquer lugar, seja nas organizações no âmbito da própria família, contexto no qual pode ser denominada como violência intrafamiliar. Para tanto, ao tratarmos da violência contra menores em quaisquer situações, é de relutar importância referencializarmos a efetivação dos seus direitos como atestado de cidadania. Barros (2005) levanta uma questão interessante a esse respeito. A saber:

A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente em nossa sociedade exige, para sua análise e para seu enfrentamento, um constante comprometimento ético, o envolvimento com a questão dos direitos humanos sociais da criança e do adolescente (p. 19).

Pensando essa necessidade que a autora citada acima afirma, o comprometimento ético torna-se ação indispensável para a proteção desses sujeitos, já que como ressalta Santos e Ferriani (2007), a violência é uma questão histórica, que está baseada em macroestruturas, conferindo-lhes formas de expressão conjunturais, atualizando-se no cotidiano das relações interpessoais, sendo uma questão essencialmente social. (*apud* BARROS, 2005).

Pereira (2003) ainda acrescenta que os lares são constituídos por gente morando sozinha, avós ou tios criando netos, casais sem filhos, “produções independentes” e outras tantas alternativas, como, por exemplo, os grupos de amigos que decidem morar junto para dividir um apartamento grande. Esta ideia de família vem contrapor aquela destinada à família tradicional, portanto faz-se necessário, não só compreender, como fortalecer os valores de respeito mútuo e tolerância ao diferente.

Há em nosso cotidiano um número de crianças e de adolescentes abandonados por seus genitores, entregando-os aos cuidados de terceiros, ao Estado ou a própria sorte, sendo abrigados em Instituições destinadas a acolhê-los até que, sejam avaliadas por equipe técnica a possibilidade de retorno a sua família de origem ou, esgotadas as tentativas de reinserção neste núcleo familiar, disponibilizá-los para colocação em família substituta através da forma legal da adoção.

Os motivos desse abandono são diversos, ocasionados pela miséria e crescente desajuste social, falta de preparo e estrutura familiar, ao não saberem lidar com os seus filhos, e a falta de comprometimento em educá-los, na ausência de afeto caracterizando a falência familiar, além de casos de violência doméstica e orfandade.

Inseridos nessa realidade, crianças e adolescentes são vítimas de ações abusivas de pais e mães ou responsáveis desestruturados, que não alcançaram a conscientização necessária para construir relações interpessoais sadias e produtivas. A violência intrafamiliar tornou-se uma agravante para a vida de muitas crianças e adolescentes, pois suas relações com outras instituições além da família

foram sendo comprometidas, considerando o baixo desenvolvimento de suas potencialidades nos aspectos intelectuais, escolares e sociais.

Cada vez mais, faz-se necessário um trabalho interdisciplinar, onde “médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, profissionais que, no exercício de suas atividades, podem estar envolvidos com o atendimento e a defesa de direitos de crianças e adolescentes e suas violações” (DAY, 2003, p. 05).

Diante dessa trajetória numa sociedade excludente e desigual como a nossa, lutas e resistências foram travadas principalmente por aqueles sujeitos invisibilizados socialmente pelas hierarquizações do poder majoritário. Incluídas nesta historicidade, crianças e adolescentes das camadas populares também fizeram parte de uma maioria marginalizada, com seus direitos negligenciados. Para tanto, podemos referenciar a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente como marco de conquista, para a efetivação de intervenções legislativas a favor dos direitos humanos desses sujeitos.

Todo esse processo de resistência se credibiliza nas palavras de Barros (2005) quando afirma:

O ECA não é apenas fundamento para o sistema de proteção social é um projeto de sociedade que se pauta na cidadania para todos, dirigida a crianças e adolescentes protagonistas, como sujeitos sociais de direitos (p.128).

É nessa perspectiva de sujeitos pensantes e criativos, que é problematizado as causas da criança e do adolescente, protegidos por lei e incitados pela busca de melhorias de condições de vivência. Pois se encontra atualmente:

A infância pobre, vítima da violência social mais ampla; a infância explorada, vítima da violência no trabalho; a infância torturada, vítima da violência institucional; a infância fracassada, vítima da violência escolar; a infância vitimizada, vítima da violência doméstica (DAY, 2003, p. 05).

Limitar-se a delegar culpas e responsabilidades a diferentes órgãos institucionais descaracteriza toda a história de sobrevivências desses agentes, que muitas vezes são vítimas dessa desorganização social, mais preocupada com a

produção incessante de lucros do que a emancipação de pessoas em prol da cidadania.

Entendendo essa temática com amplitude, envolvendo toda sua complexidade e estrutura, percebemos que, assim como Azevedo e Guerra (1989) “a violência contra crianças e adolescentes é democrática: atinge todas as raças, todos os países e todas as classes sociais” (p. 24), dessa forma, necessita ser assumida com seriedade, comprometimento e legitimidade para então alcançar os resultados que revertam nosso atual cenário de violência contra a criança e o adolescente.

2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AGENTES DE APRENDIZAGEM

Historicamente a representação direcionada a crianças e adolescentes esteve atrelada a minimização do ser, como alguém dependente de outro, tanto nos aspectos físicos e intelectuais. Essa conotação negativa de infância e adolescência se propagou por décadas, incidindo no modo de ser dos menores, principalmente das camadas populares que já vivenciavam uma exclusão econômica massificante.

As relações sociais que tem sido construídas envolvem consideravelmente as hierarquizações do mais forte sob o mais fraco, o que é representativo também na realidade de crianças e adolescentes. Para Pfeiffer e Salvagni (2005) “A essa relação de poder, de busca dos excessos, do diferente e até mesmo do anormal, soma-se a pouca importância dada às crianças e aos adolescentes e às consequências dos maus-tratos dos adultos sobre eles (p.98).

A partir da Constituição Federal de 1988, um novo cenário de reconhecimento foi sendo criado. Com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, leis de proteção integral foram promulgadas, em prol do direito de cidadania desses sujeitos (SANDALOWSKI, 2006, p. 108). Desde então, as problemáticas em torno dos conflitos com crianças e adolescentes foram ganhando espaço para discussões e iniciativas de investigações, acompanhamentos e medidas de proteção. Problemas como o trabalho infantil, abuso sexual, aliciamento de menores foram tornando-se prioridade nos Conselhos e repartições de Defesa à Criança e ao adolescente.

Dessa forma, houve um salto de significações e concepções acerca destes seres que no seu processo de interação na sociedade pensa, é um sujeito que aprende, ensina e constrói conhecimentos em contato com o outro, nas suas distintas etapas de desenvolvimento.

Contudo, a situação de muitas crianças e adolescentes hoje no Brasil é crítica, segundo o Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes (UNICEF, 2003) apesar dos avanços jurídicos e políticos, ainda não foi possível assegurar, na vida de todas as crianças e adolescentes, os direitos conquistados na lei, onde a

vida dos mesmos cada vez mais está carregada de preconceitos, que são oriundos da violência, exploração, exclusão social e ainda pela falta de oportunidades, vivenciados desde o primeiro espaço de convivência que é o familiar.

Crianças e adolescentes estão sujeitos a todas as formas de violência: maus-tratos, violência simbólica, física, emocional e psicológica, exploração de sua mão-de-obra, abuso e exploração sexual, negligência, falta de moradia, ausência de inserção educacional e de saúde, que são questões que atravessam a sociedade e estão intrinsecamente relacionadas à sua vivência familiar, pois as famílias sofrem com a estrutura social desigual e com sua própria estruturação, que pode ser também bastante repressiva. (BARROS, 2005, p.71).

São muitos os casos de crianças e adolescentes que vivem num meio familiar agressivo e com pouco diálogo, situação esta que está acontecendo como algo corriqueiro. Visualizando essa conjuntura com maior responsabilidade, percebe-se a interferência que ela pode causar negativamente na história de vida desses sujeitos e principalmente de seu processo de aprendizagem. É preciso considerar que o processo através do qual a criança se apropria ativamente do conteúdo é a experiência humana (PIAGET, 1967), dessa forma é indispensável à construção de uma relação afetiva amigável entre parentes, responsável e titular.

Há uma tendência muito difundida nas famílias em delegar a responsabilidade a outrem, principalmente no que se diz respeito à educação dos filhos, por muitas vezes não entenderem os processos que perpassam suas vivências e a importância de cada um deles para a formação da criança e do adolescente enquanto ser pensante e autônomo.

Cada vez mais os pais têm procurado passar essa tarefa para a escola, psicanalistas, médicos ou outros membros da família esquecendo que a primeira referência de identificação da criança são eles mesmos. Mas, diante disso precisamos saber que tal responsabilidade não se resume e estes, pois:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1998)

É de salutar importância considerar o que Gomes aponta de forma contextualizada a respeito do espaço familiar e suas premissas diante da realidade. Nas palavras do autor:

“(…) após os sucessivos e constantes episódios de massacre no campo e nas ruas das cidades, a cada dia mais se fala em criança abandonada, criança de rua, no eufêmico menor. E temos a impressão de que a miséria, a vida precária e deplorável de um familiar e, sobretudo, o abandono de crianças é fruto da irresponsabilidade do casal. Porém, a evidência parece inequívoca: à criança abandonada, objeto da violência alheia, civil ou militar, correspondem famílias abandonadas, objeto primeiro da violência social, institucionalizada” (GOMES, 2002: 61).

Considerando essa relação entre crianças, adolescentes e famílias abandonadas pelos regimentos da sociedade que exclui oculta e determina regras de comportamentos e classes sociais, nota-se a amplitude e complexidade da violência intrafamiliar como mecanismo de estudo, pois é preciso construir pontes necessárias com outros fatores políticos, econômicos e culturais para tentarmos compreender esse processo de produção e responsabilidade social. Assim, Segundo Barros (2005):

Na família se organizam, se formam, se produzem e se reproduzem as interações de seus membros e destes com a sociedade em geral. Os conflitos familiares são permeáveis às experiências individuais e destes com outros segmentos sociais, permitindo interações sociais e socializações próprias de uma estrutura dinâmica (p.68).

Direcionando tal relação entre família, crianças e adolescentes para as questões educacionais como requisito de análise de comportamentos agressivos e desenvolvimento cognitivo de alunos e alunas provindos (as) desta realidade opressora, Malta (2002) aborda que as dificuldades de aprendizagem e as alterações de comportamentos nas vítimas de violência psicológica são também sinais que podemos observar principalmente na escola.

A criança e adolescente passa a apresentar déficit de atenção, sua concentração fica diminuída, seu rendimento escolar em geral é baixo, comporta-se de modo excessivamente tímido. Tende a isolar-se dos colegas, assumindo uma postura de agressividade ou de grande apatia. Sua auto-estima é muito baixa, não confia no seu potencial e tem tendência a apresentar hipo ou hiperatividade; Casos de depressão com tendência ao suicídio podem também ocorrer.

Segundo o psicólogo e psicanalista Pasqua (2011) a partir do momento em que se instaura uma relação de diálogo entre os familiares, todos têm a aprender, tanto os filhos como os pais. Onde os filhos precisam reconhecer em seus pais a figura de autoridade, que serve como referencial em relação às condutas que devem espelhar-se, mas considerando também que os pais têm muito a aprender com a maneira criativa e inovadora das crianças que vem revolucionando os padrões estabelecidos há muito tempo.

Para aprender, a criança necessita da interação com outros seres humanos, especialmente com adultos e outras crianças de maior experiência. Nos diversos espaços de interação em que se envolve desde o nascimento, a criança vai de forma gradativa ampliando suas formas de lidar com o mundo e vai construindo significados para suas experimentações. (DAVIS e OLIVEIRA, 1994).

É pautado nessas significações que cada criança e adolescente cria ou recria diante do seu contexto, que pais e mães precisam estar atentos. O que eles assimilam, aprendem e percebem do mundo em que vivem será condicionante para a sua formação integral. E considerando o papel insubstituível da instituição família enquanto educação de base faz-se necessário a integração dos agentes constituintes desse espaço.

Crianças bem tratadas e criadas em um ambiente de segurança e confiança crescem sentindo-se dignas e conseqüentemente aprendem a retribuir o afeto, daí a necessidade de assegurar para que os primeiros anos da criança sejam baseados numa boa relação com os pais ou pessoas mais próximas.

Visualizar os espaços de valorização de menores abandonados e vítimas de agressão, é nadar contra a correnteza da ocultação da identidade de cada um, é reconstruir perspectivas transformadoras, é direcionar um olhar desnormalizador diante da história de vida desses sujeitos, pois “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (ECA, Art. 15).

2.1 Crianças e adolescentes do Projeto Casa Rebeca

Ao longo de mais de 22 anos, o trabalho de acompanhamento a menores em situação de risco no bairro da bananeira é desenvolvido, inicialmente atrelado a Pastoral do Menor da Paróquia de São José Operário da cidade de Jacobina. A Casa Rebeca é o atual espaço sócio-educativo que acompanha 67 crianças e adolescentes, sedentas de afeto e de referência familiar. Foi assim nomeada em memória a uma criança que sofria de desnutrição e acabou falecendo devido suas condições de vida precárias.

E na tentativa de redirecionar as perspectivas de vida desses sujeitos, a Casa Rebeca desenvolve atividades de espiritualidade, reforço escolar, temáticas sociais e atividades esportistas. É realizado também um acompanhamento às famílias dos meninos e meninas que já fizeram parte do projeto. E a partir dessa experiência de educação popular que direcionamos nosso olhar para a família em que as crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar se tornaram objeto dessa pesquisa.

Vivenciamos cotidianamente as reações agressivas e enraivecidas de meninos e meninas “educados e educadas” pela vida das ruas, vazias de afeto e de princípios. Guiados e guiadas pela luz da competitividade, do desrespeito, do desamor e da violência nas mínimas relações existentes nestes ambientes, constroem sua ideias de vida e aprendizagem baseadas nessas realidades. Ir de encontro a essa conjuntura social significa assumir um trabalho de resgate “impossível” para muitos, até mesmo para os pais.

Acreditando no redirecionamento da aprendizagem como fator de reconhecimento identitário daqueles excluídos da hierarquia de classes da sociedade, o Projeto Casa Rebeca objetiva seus ideais na reconstrução de valores distorcidos, de atitudes opressoras e da perspectiva de vida desses sujeitos. É um trabalho que adentra a lógica da desestrutura familiar, contando com o descaso das autoridades municipais. Dessa forma, torna-se “uma nadar contra a correnteza” (Freire), do medo e da incapacidade impostas por quem detém um poder que aponta e seleciona os que têm condições intelectuais para atuar no mercado explorador e seletivo.

Almejar um futuro mais qualitativo, com liberdade e dignidade conquistadas tornou-se uma busca relevante para este trabalho de educação para os marginalizados. Entre a denúncia das problemáticas ocorrentes que cercam o cotidiano popular, o anúncio da libertação é proclamado. Libertar-se das prisões individuais fruto das manifestações familiares, como também das impossibilidades sociais, culturais e políticas.

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não *morre*. Pelo contrário, continua (FREIRE, 1992, p. 47).

Inseridos nessa macroestrutura social, pais, mães e filhos montam no processo existencial, sua história. Marcada por experiências muitas vezes de desesperança, as famílias vão criando formas de serem e estarem no mundo. Por isso Freire afirma:

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se (p. 47).

Minha experiência ao longo de todos esses anos neste trabalho se desenrolou inicialmente com as crianças e adolescentes com atividades educativas. Atualmente há um acompanhamento às famílias na função de coordenação do Projeto, e através da terapia familiar traçamos uma ponte de apoio e de referência, ampliando seus olhares diante da realidade em que se encontram.

3. TERAPIA FAMILIAR: UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES

Sabe-se que a educação – como forma de intervenção no mundo – Freire (2006), acontece em vários espaços, e estes deliberam funções de acordo com as necessidades apontadas dentro de cada contexto. São eles, as instituições formais educação não-escolar e a educação informal, onde está inserida a instituição familiar.

É possível destacar aqui por excelência de sua importância, a educação familiar, pois Carneiro (2006) “A família e o casal são grupos organizados, autorreguladores, com uma linguagem própria, regras próprias de funcionamento e mitos próprios”.

Dessa forma, não se trata de incapacitar (em termos de formação) as pessoas que fazem parte dela, e sim alargar suas possibilidades de direcionamentos e construção de valores essenciais para a vida em sociedade.

Contextualizar os laços familiares existentes hoje na pós-modernidade, é descobrir uma forte descaracterização quanto às funções delegadas a tal instituição (família) a partir disso, inúmeros fatores sociais contribuem para essa conjuntura ser efetivada: desestrutura familiar, falta de perspectiva de vida, ausência de valores como o amor mútuo, o respeito ao próximo, a solidariedade, entre outros, que atualmente servem de justificativa para a aceitação dessa realidade.

É necessário desenvolver mecanismos de colaboração para a família, no objetivo de superar dificuldades em relação à convivência por parte das pessoas que ali convivem, pessoas estas que muitas vezes estão convencidas das necessidades do afeto, mas, apresentam sérias dificuldades em demonstrar seu amor para com o outro, transmitindo inclusive seus traumas de infância para os filhos, o que vem refletir a vivência de forma negativa por toda a vida.

Nesse sentido, referencializamos a Psicoterapia Transpessoal como caminho de orientação. Partindo do pressuposto da individualidade de cada um em seus aspectos integrais, pretende-se um desenvolvimento do ser completo. Assim:

Para a psicoterapia transpessoal, o ideal seria uma orientação apoiada em um conjunto integrado e balanceado dos aspectos físicos, emocionais, mentais e espirituais do cliente, levando-se em conta, ainda, seu contexto interpessoal, ambiental, cultural, socioeconômico e político (TABONE, 2011, p. 103).

É preciso investir na instituição família, uma vez que é um ambiente ideal para o desenvolvimento equilibrado da criança e do adolescente, seja essa consanguínea ou, em sua falta, a família substituta, que se torna eficaz para a pessoa em faixa

etária de desenvolvimento, quando, por algum motivo, for privada de conviver com membros de sua família natural.

Diante dessa realidade, há um amparo na legislação brasileira ao prever mecanismos para salvar a família natural mantendo a criança e o adolescente em seu seio, através de políticas eficazes visando garantir a proteção integral constitucionalmente assegurada à criança e ao adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento, diante do direito a preservação dos vínculos familiares naturais sempre que possível e, caso não se obtenha êxito em efetivar tais políticas, que sejam colocados em família substituta que atenda seus anseios para que tenham um desenvolvimento sadio.

Para tanto, é necessário tentar, recuperar a família, e a psicoterapia transpessoal centraliza-se em um ponto bastante importante para o entendimento de conflitos em geral: a **consciência** como meio de mudança (WALSH, S. VAUGHAN, 1980 apud TABONE, 2011). Aliados a este pensamento, credibilizamos a perspectiva da psicoterapia transpessoal que parte desse eixo para a promoção de futuras transformações pessoais.

Nesse intuito, revelando a essência do ser humano, que é a consciência pode-se promover suportes diversos, intrínsecos e extrínsecos, assim como a utilização de redes de serviços públicos de atendimento as famílias, garantindo que a situação de abandono não seja definida em face da pobreza, através da articulação dos equipamentos sociais que atendam a família como um todo, e não a criança e ao adolescente isoladamente, considerando as questões de desemprego, moradia, cidadania.

Assim, consideramos de relutar importância à terapia familiar como intervenção social para intervir nos conflitos ocorridos no seio familiar. Lemaire (1984) indica a necessidade de uma tríplice chave de leitura, no trabalho com família e casal, que passa pelo intrapsíquico, pelo sistêmico-interacional e pelo social (*apud* CARNEIRO 1996), para dessa com base contextualização, ir ao encontro das causas dos problemas familiares abarcando todos os seus segmentos. Portanto, pai, mãe e filhos atrelados as suas significações internas e externas, poderão

compreender suas histórias baseadas em outras opções de enfrentamento de suas dificuldades, como alternativas de mudanças positivas para as vivências em grupo.

Contando com intervenções de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da psicanálise de Freud e da psicologia de Adler entre outros, a terapia familiar foi expandindo suas discussões e produções teóricas. Inicialmente ela foi se desenvolvendo numa abordagem clínica, voltada à estruturação familiar ligada às patologias que sofriam (CARNEIRO, 1996, s/d).

Dentro do campo da terapia familiar, têm-se duas concepções que norteiam as práticas terapêuticas: o enfoque sistêmico e o psicanalítico. Com suas especificidades e compreensões em volta da questão familiar, se diferenciam por seus olhares operacionais diante dos problemas que cercam tal vivência. Numa visão sistêmica:

A família é vista como um sistema equilibrado e o que mantém este equilíbrio são as regras do funcionamento familiar. Quando, por algum motivo, estas regras são quebradas, entram em ação meta-regras para restabelecer o equilíbrio perdido (CARNEIRO, 1996, s/d).

A partir de uma organização funcional, a preocupação é com as mudanças que deverão ser ocasionadas com a intervenção da terapia familiar. Dando o enfoque para as relações atuais entre os membros da família, apontam uma mudança neste sistema, a fim de direcionar novos caminhos a serem percorridos pelos mesmos.

Expressando de maneira mais objetiva, Anacleto (2000) afirma:

Na terapia familiar sistêmica o terapeuta busca formas para que o paciente identificado do grupo familiar possa interagir com seus familiares, trabalhando suas próprias relações, fazendo com que encontrem soluções para suas dificuldades relacionais. Nesse contexto o terapeuta familiar pode perceber através das comunicações, os processos transferenciais da família.

Num processo de interação, o cenário que apresenta dificuldades relacionais passa a ganhar um “novo” membro que se insere naquele contexto, e, conseqüentemente se tornará um mecanismo de novidade, no sentido de trazer para o corpo familiar jeitos de ser e conviver diferentes. Seguindo as ideias de Minuchin *apud* Anacleto (2000):

O terapeuta deve entrar em sintonia com a família, tem que procurar e encontrar um jeito, uma linguagem ou uma postura que possa se adaptar ao

funcionamento daquela família; para ser reconhecido pela mesma como parte do sistema, para que se estabeleça o vínculo conforme se desenvolve o processo terapêutico através da aceitação e da confiança.

Diante desses aparatos a terapia familiar na visão sistêmica conta com o surgimento de várias escolas, nas quais podemos citar a Escola Estrutural, a escola Estratégica, a de Milão e por fim a Construtivista, que reacendem as ideias da intervenção de forma sistêmica.

Abrindo o leque de significações da terapia familiar dentro da concepção psicanalítica, encontra-se um enfoque na história passada da família, referencializada como causa e como meio para as transformações. Interessam-se na investigação das causas anteriores ao problema que já está causado, para a partir de então, compreender a situação atual relacional. Segundo Carneiro (2006) “o método utilizado, na maior parte das vezes, é interpretativo com o objetivo de ajudar os membros da família a tomar consciência do comportamento passado, assim como do presente e das relações entre eles”.

Percebe-se, portanto, uma logística diferenciada ou também paralela no exercício destes dois enfoques terapêuticos. Por vezes se apresentam dissociados na resolução dos fatos, contudo, requerem uma mudança no ciclo familiar, de modo que alcancem a terapia seja uma instrumento de legítima transformação social.

Nathan Ackerman *apud* Anacleto (2000) descreve o processo de terapia familiar como verdadeira experiência social onde se devem correlacionar:

1. Os conhecimentos intrapsíquicos e os interpessoais.
2. A organização da experiência consciente e da inconsciente.
3. O real e o irreal, a transferência e a realidade.
4. O passado e o presente.
5. O indivíduo e o grupo

Histórias passadas ou presentes, ambas carregam entre si marcas de violência social, simbólica, física e familiar que influenciam conseqüentemente na personalidade das pessoas do hoje, sejam elas crianças, adolescentes ou adultos. E assim como afirma Tabone (2011) “o trabalho terapêutico na orientação transpessoal valoriza e facilita a vivência das experiências transcendentais tidas como oportunidades potencialmente valiosas para o crescimento e o desenvolvimento humano” (p. 106), uma vez que essas vivências influenciam na educação do lar.

Como um mecanismo de transformação, a terapia familiar inserida na perspectiva transpessoal abarca em si, novos direcionamentos às relações entre familiares, recuperando condições de convivência qualitativas.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Caminhando para uma melhor compreensão da realidade constituída de diversos paradigmas, a pesquisa proporciona um leque de mecanismos que nos encaminha a determinados objetivos. Analisando a práxis com todas as suas relações por meio de caminhos metodológicos, podemos almejar resultados relevantes para um redirecionamento de concepções acerca das inter-relações que construímos.

A metodologia de pesquisa é completamente interessada nos processos que buscam, simplesmente, mudar o mundo. Indagando os processos permanentes produzidos nas relações sociais para ofuscar e ocultar as múltiplas dimensões da realidade e do ser humano, a pesquisa amplifica as possibilidades de interpretação e compreensão do cotidiano e vai encontrando meios para melhor compreender a complexidade humana (GARCIA, 2003, p.128).

Direcionados pela pesquisa à busca de novas descobertas que colaborem com a criação de novos olhares e caminhos mediante uma aproximação com os sujeitos e contexto a serem estudados, optou-se pela dinamização do estudo de caso.

4.1 O estudo de caso

Desenvolvendo um estudo que problematizasse a questão da violência intrafamiliar direcionada à aprendizagem de crianças e adolescentes, adotou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa em que tenta compreender os impasses e contrapontos da vida familiar por meio do estudo de caso.

Na perspectiva de Ludke e André (1986) “o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado.” (p.384)

Nesse sentido, esse tipo de pesquisa contribuiu com a análise das relações de uma família composta por 7 pessoas em que manifesta na sua vivência, atitudes de violência em diferentes formas.

Contudo, ao longo da história o estudo de caso não tinha grande respaldo nas pesquisas. Considerado um instrumento insuficiente para analisar e coletar dados, este tipo de pesquisa foi aos poucos ganhando espaço nas Ciências sociais e humanas.

Até meados da década de 1970, poucos trabalhos definidos como estudo de caso eram apresentados em congressos ou publicados em periódicos científicos. Tanto os cursos de metodologia de pesquisa social quanto os respectivos manuais enfatizavam principalmente pesquisas experimentais, estudos observacionais e levantamentos de campo (Gil, 2009, p.1).

Atualmente os trabalhos apresentados com este modelo de pesquisa têm aumentado. Ele não se restringe a formulações de hipóteses sistemáticas e elaboração muito complexas, mas requer um desdobramento do pesquisador quanto a observação e aproximação com a realidade. Como indica os pensamentos de Gil (2009):

A condução dos estudos de caso passa a requerer muito mais decisões do pesquisador ao longo do seu encaminhamento. Daí por que o pesquisador que se dispõe a conduzir um estudo de caso precisa ter muita segurança acerca da natureza e especificidades dessa modalidade de pesquisa (p.2).

Outro aspecto relevante para a efetivação do estudo de caso para esta pesquisa é sua característica voltada à unidade significada com amplitude. Como diz Goode e Hatt (1977) que “o estudo de caso é um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.), (p.38). Partindo desse pressuposto, é relevante compreender o desenvolvimento da aprendizagem da criança e adolescente relacionando-a com o seu todo social.

Nos pensamentos de Yin (2001), “o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.”

Dessa forma, pode-se perceber que este método de pesquisa é consideravelmente enriquecedor para o desenvolvimento deste estudo. Uma vez que oferece uma organização de informações a partir de vivências do aspecto unitário e discorrendo para o familiar e social de maneira planejada.

4.2 Lócus da pesquisa

O estudo foi realizado numa família do bairro da Bananeira da cidade de Jacobina, em que se constitui um pai e uma mãe que também são avó e avô, uma mãe de quatro filhos (de recém-nascido a 9 anos) e um padrasto/pai. Faz parte também uma mulher de 33 anos, mãe de dois adolescentes de idade entre 11 a 13 anos e de duas crianças de 4 e 7 anos, cada um possuindo uma paternidade diferente. Tal mãe não assume sua responsabilidade materna que enfim, fica a cargo da avó.

4.3 Participantes

Para alcançar os dados necessários para o desenvolvimento desta pesquisa, contamos com a participação de pessoas essenciais dentro da problemática em questão. Os nomes dos sujeitos foram modificados para uma melhor segurança.

4.3.1 Crianças e adolescentes

Duas crianças, Joana de 9 anos e Felipe de 10 anos, atualmente estudantes do 4º e 5º ano. Um adolescente com idade de 13 anos Kevin e uma pré-adolescente com 12 anos Silvia. Kevin o mais velho não frequenta a escola, e Silvia está cursando a 6º ano do Ensino Fundamental I.

4.3.2 Os avós das crianças e adolescentes

Uma avó de 58 anos que assume os netos, mesmo não tendo condições psicológicas para tal. Um avô de 86 anos, idoso aposentado, bastante preocupado com a situação da família.

4.3.3 As educadoras do Projeto Social

Duas jovens com idade de 26 e 27 anos, Lucivania trabalha no projeto no período de 40 horas há mais de 4 anos com duas turmas de crianças com faixa etária entre 7 a 11 anos. Maria Aparecida retornou ao projeto há 9 meses e desenvolve seu trabalho com os adolescentes a partir de 12 anos. Essas educadoras assume um trabalho com o coração e a razão sendo apenas gratificadas quando recebemos doações, mesmo com as dificuldades de sobrevivência se comprometem com aquilo que fazem sem nenhuma cobrança pois vivem de fato a economia solidária com o público alvo no projeto.

4.4 Instrumentos de coletas de dados

Ao buscarmos selecionar os instrumentos que contribuirão para a compreensão dos contrapontos vividos em uma dada realidade, contamos com a eficiência da Observação Participante e a entrevista semi-estruturada. Na coleta de dados essenciais à pesquisa apontamos a presença do pesquisador que se insere e ao mesmo tempo é inserido no contexto familiar em questão.

Tendo o pesquisador uma proximidade significativa com a família estudada, percebe-se que tais instrumentos são de grande relevância para a efetivação dos dados através de um contato direto como os sujeitos.

4.4.1 Observação Participante

Desconstruindo um olhar normalizador acerca de acontecimentos empíricos, a observação participante concede a quem observa, um contato maior com as concepções, com os significados que as pessoas criam diante de seu contexto. Por isso, “o envolvimento deliberado do investigador na situação da pesquisa é não só desejável, mas essencial, por ser esta forma a mais congruente com os pressupostos da Observação Participante” (MACEDO, 2004, p. 154).

Como um processo de aprendizagem, as descobertas vão surgindo ao passo do acompanhamento atento, “na medida e que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e as suas próprias ações” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 26).

Potencializando as inter-relações construídas entre os sujeitos, apreendemos linguagens, culturas, sentimentos e pensamentos que deliberam uma riqueza significativa para um estudo de caso, em que o pesquisador vai estabelecendo medidas ou formas de visualizar o todo e o específico, emaranhados num mesmo caso mediante a observação.

Observar é aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso. É um procedimento investigativo de suma importância na Ciência, pois é através dele que se inicia todo estudo dos problemas (Barros e Lehfeld, 2000, p.61)

Aguçar os sentidos, exercitar a atenção e a escuta, são mecanismos importantes para a efetivação de uma pesquisa. Perceber o outro e suas ações em torno de sua realidade, não se resume ao pragmatismo da normalidade, do olhar do senso comum às pessoas e acontecimentos. Trabalhar uma observação que requer um estudo de caso delibera uma ultrapassagem dessas normatizações. Deixar-se guiar pela subjetividade, sem que ela se pareça romântica. Trata-se de caminhar em direção ao imperceptível, ao que está embutido nas facetas das padronizações relacionais.

4.4.2 A entrevista semi-estruturada

Para obter informações essenciais para o estudo de caso em questão, foi utilizado a entrevista semi-estruturada a fim de coletar dados através das falas dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa. Aliados aos pensamentos de Triviños (1987) fez-se importante a escolha desse instrumento, pois a entrevista semi-estruturada, é:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (p. 146).

Construindo essa relação entre pesquisador e pesquisados, organiza-se as ideias e prioriza-se os objetivos em que se quer chegar. Não se caracteriza como um ciclo de conversas simplórias, mas consiste em compreender um contexto através de seus sujeitos. É como Minayo (1994) ressalta:

A entrevista não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeito/objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (p. 57).

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

5.1. RESULTADO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

No período de observação foi percebido que o relacionamento entre crianças, adolescentes e adultos, há uma ausência de valores como o respeito, a autonomia, assim como os limites. As falas se resumem em gritos e quando esses não dão resultados, a saída é direcionada à violência física. Essa situação abrange adultos com crianças e adolescentes, como também o inverso. A avó costuma desmoralizar a pré-adolescente constantemente, essa que se tornou a responsável da casa, pelos avós e irmãos, desde a faxina, a comida, levar na escola, buscar na rua, separar brigas.

No dia 13 de junho, a avó/mãe foi violentada pelo próprio filho, devido à luta para impedir os espancamentos que o mesmo estava fazendo com a esposa grávida e seus enteados. O resultado foi um braço esfaqueado com 36 pontos, sendo que até hoje, não existe possibilidades de atividades normais, ficando esta tarefa nas mãos da pré-adolescente.

Foi um dia bastante assustador. No primeiro momento, o marido espanca a mulher grávida devido ao uso de bebida alcoólatra junto a uma dosagem de drogas. Muitos chutes na barriga e um dedo da mão quebrado.

Desesperadas, as duas crianças acompanhadas pela Casa Rebeca vieram pedir ajuda, e numa tentativa de solidariedade o marido agressor foi chamado para uma conversa, mas a revolta estava mais forte naquele momento, e logo ficamos sabendo que colocaste fogo em sua própria moradia. Não contendo sua fúria, derrubou a porta do quintal da mãe, e na tentativa de violentar mais uma vez a esposa, esfaqueou o braço da mãe. Resultante dessa experiência massacrante, crianças e mãe assustadas e apavoradas com a situação em que se encontravam.

Com o apoio da Casa Rebeca no sentido de encontrar um abrigo para a família na noite do acontecido, de se mobilizar para acalmar o transtorno do drogado, para conseguir outro material de trabalho da esposa, que foi queimado

pelo fogo, entre outros. Esse fato tornou-se marcante, durante todo o acompanhamento da família nesse tempo de pesquisa.

A família mora de aluguel, a senhora recebe somente a fome zero, não pode trabalhar devido à sua deficiência no braço e o avô tem uma aposentadoria de salário mínimo que é o sustento daqueles que estão no dia a dia com eles e com o restante da família que se encontra fora deste convívio familiar. Muitas vezes os conflitos são gerados também por causa da falta ou pouca alimentação.

Com o acompanhamento educacional feito pelo projeto da Casa Rebeca percebe-se que mesmo com os desequilíbrios existe amor, mesmo sendo um amor submisso, onde se foi capaz de negar a violência recebida para não expor a família a polícia.

Tendo uma mãe de quatro filhos, numa relação de abandono por causa de seus interesses conjugais, visita os filhos em dias de recebimento de uma contribuição salarial da Fome Zero.

Silvia a pré-adolescente, foi encarregada também de cuidar dos irmãos mais novos, amadurecer todo seu processo de desenvolvimento natural. Estudante do 6º ano carrega no seu olhar um descontentamento tamanho, exposto nas suas ações agressivas, nos gritos e em alguns comentários. Sem perspectiva de melhoria de vida, revela uma desesperança, e um faz de conta que vive bem.

O adolescente Kevin constrói seus dias com as vivências da rua, perdeu a vontade de estudar e não é incentivado por ninguém da família para frequentar a escola como caminho promissor. Teve sua saída do projeto Casa Rebeca também, por não ser trabalhado a necessidade de viver com regras, direitos e deveres a cumprir, como um reflexo da vida familiar.

As duas crianças Joana e Felipe, frequentam a escola, ajudam a mãe nas atividades de casa. Por decorrer de uma família em que o padrasto é agressivo com a mãe, reproduzem essas atitudes nos seus espaços de socialização. Resolvem tudo com base em agressividades e xingamentos.

Realizando um acompanhamento dessas crianças e adolescentes no Projeto Social Casa Rebeca, percebe-se que são frutos de relacionamentos conflituosos, que atrelado à classe social a que foram classificados pela estrutura massificante da sociedade, movem-se por uma afetividade negativa, cheia de insultos, discriminações e desrespeito.

5.2. CONTRIBUIÇÕES DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A fim de identificar os tipos de violência intrafamiliar e suas consequências na aprendizagem de crianças e adolescentes, fez-se relevante à análise dos dados realizada através da entrevista semi-estruturada.

Apresentaremos os resultados a partir das categorias a seguir:

5.2.1 Relações intrafamiliar

Para adentrar no universo das relações entre pais, mães e filhos, foram elaboradas questionamentos ao pai/avô maior responsável pela casa, a mãe/avó, a mãe de cinco filhos e dois adolescentes acerca da relação que eles tem. A partir dos relatos da avó/mãe, uma mulher simples e solidária, apesar de agressiva, percebeu-se um reconhecimento de zelo, cuidado somente realizado pelas duas filhas que não moram na mesma casa que ela, mas a relação com os netos é muito difícil.

“Com duas filhas minha relação é muito boa, elas me tratam bem, se preocupam comigo, mais os outros só me dão quebra cabeça” (Fala da avó/mãe).

Partindo da representação que demonstram sobre “cuidado”, o que é disponibilizado gira em torno de xingamentos e agressões físicas entre si, pois as palavras já não indicam uma ponte entre avó e netos. O zelo pelo outro é declarado com base em gritos desesperados e as obrigações são feitas à duras penas.

Nas palavras do avô cheias de paciência, há uma demonstração clara de preocupação com a situação da família e das crianças. Um idoso bastante debilitado com os sofrimentos percorridos ao longo de seus 86 anos, mas carrega em si a responsabilidade patriarcal com cada membro da sua família, mesmo esta apresentando uma desestrutura em termos gerais.

“Eu preciso ajudar eles. Não tem ninguém por eles, só eu mesmo. Por isso tenho que ajudar, dar comida, levar na escola, vê onde está na rua, por que a mãe nem liga, não quer saber deles. Tá por aí atrás de namorado” (Fala do avô/pai).

Com base nestas manifestações, percebe-se uma relação construída dentro de padrões um tanto quanto sistemáticos, externos, moldados a partir de atividades rotineiras como dar banho, alimentação, levar à escola, arrumar a casa, lavar roupas. Assim, vivenciadas sob pressão, ganham um sentido negativo, e os dias se resumem a estas experiências. A afetividade assim expressa se molda na obscuridade, no desentendimento, na incompreensão.

Assumindo um espaço de responsabilidade matriarcal, Sílvia a pré-adolescente, experiencia aos seus 12 anos, as obrigações com os três irmãos mais novos, dos avós e das necessidades da casa, como cozinhar, lavar roupa, arrumar a casa. Relaciona-se com tudo isso de maneira revoltosa, por assumir um papel da própria mãe que nega a realidade maternal, fugindo desta vivência, fruto de gestações sem planejamento e maturidade.

“Eu tenho ódio de tudo e de todos. Principalmente do pessoal lá de casa. Uns meninos teimosos, só obedece se ficar gritando. Minha vó só me xinga e pede pra eu fazer as coisas. Eu faço tudo. Um saco! Não, não é ruim demais ficar lá em casa. Quero ir embora ficar com meu pai” (Fala de Sílvia, 12 anos).

Entre opressões e sentimentos, crianças e adolescentes tecem seu cotidiano com marcas de desentendimentos. Em vez de pontes que aproximam pessoas e realidade, muros são criados, direcionando fugas e desenganos. Apontar para melhores perspectivas tornou-se um verdadeiro labirinto, onde as saídas de qualquer forma tendem a aparecer instantaneamente. E é nas aprendizagens da rua, que Kevin o adolescente de 13 anos, descobriu as saídas para a vida que possui.

“Só fico em casa na hora de dormir. Gosto de ficar na rua brincando. Às vezes eu acho um trabalho e ganho um “diero”. Em casa Andressa é uma chata, só vive brigando com eu, sai fora! Gosto de ficar na rua, lá é bom” (Fala de Kevin, 13 anos).

Está inserido em um contexto familiar controverso, valores não trabalhados prosperam um caminho instigante. Conviver com a impaciência no lugar do afeto, do cuidado expressado de maneira obrigatória e agressiva, do amor resumido na relação consanguínea, revela um descontentamento constante entre pais, mães, filhos e netos.

5.2.2 A afetividade em questão

Compreendendo o contexto familiar e suas problemáticas, analisamos as expressões externalizadas assim como questionamos as ações voltadas a este aspecto. E por meio da linguagem utilizada, das aproximações e/ou distanciamentos identificados, percebe-se uma representação daquilo que eles acreditam ser cuidado.

Enveredados nas relações agressivas, a avó agora deficiente de um braço, imobilizada desde o caso violento do filho alcoolizado, mantém a convivência com os netos com base em violência física, que segundo Day (2003) é demonstrada “quando alguém causa ou tentar causar danos de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas e ambas” (p.03). Surras de sandália, cabo de vassoura, quando não é direta com as próprias mãos.

Em condições desfavoráveis a violência física bastante acentuada nesta família, é utilizada por adultos diante das crianças, como também os netos com a avó. O sujeito adulto que violenta fisicamente os demais, também sofre agressões.

“Eles não obedecem ninguém. Vive na rua. A gente chama para comer e nem dá ousadia. Tem que ficar gritando no meio da rua. Aí a gente tem que bater né, pra ver se sossega, é demais, umas pestes, tem que ser na porrada” (Fala da avó/mãe).

A figura do avô calma, apesar de não tranquila, se apresenta de maneira intermediária, que se preocupa com a resolução dos problemas, com a situação das crianças e adolescentes tão vivenciada na rua. Não se usa gritos ou qualquer manifestação agressiva com seus netos, devido suas condições de idade e saúde.

“Me preocupo com eles. Só andam na rua e ninguém sabe onde. Sem comer, sem tomar banho. Aí a gente tem que procurar, pra saber com quem

tá andando. Esses meninos não é brincadeira. Mas a gente que tem que olhar. É meus netos” (Fala do avô/pai).

Na adolescência as expressões de afeto se revelam carência e é declarada na impaciência com os outros da família. Pressionada em todos os aspectos, Silvia demonstra em suas falas um teor de revolta e rebeldia. Por pertencer a um espaço de grandes discussões e agressividades, sentimentos negativos como estes são cada vez mais acentuados.

“A minha vontade mesmo é morar com meu pai. Lá é melhor. Não passo raiva como aqui. O tempo todo tenho que fazer alguma coisa, não me deixam em paz. Até na Casa Rebeca eles ficam no meu pé, me dando trabalho. Não aguento mais. E quando chego em casa minha vó fica apertando meu juízo. Uma ignorância só, gritando no meu de ouvido. Tem dia que é demais viu (...)” (Fala de Silvia)

E para Kevin um sobrevivente da rua, que marca suas histórias com a experiência insólita com pessoas que também vivem em famílias sem referência, que encontraram no roubo, nas drogas e no álcool o caminho promissor. Sentimentos invalidados, realidade insatisfatória.

“Minha vó me bate, Andressa me bate também. Na hora de comer é um confusão, na hora de dormir também. Fica só me pedindo pra ajudar a fazer as coisas de casa. Oxe, cada uma! Vou pra escola agora, mas não gosto de estudar. Não sei, não aprendo nada” (Fala de Kevin).

Neste contexto, foi questionado como era o processo de resolução dos problemas internos da família. E à medida que os olhares e as falas foram sendo reveladas, a presença de outra filha chamada Nita foi ocupando um lugar de destaque, como a filha que ajuda mesmo morando longe, inclusive tendo a autonomia para resolver sozinha as pendências da casa da mãe. Em outras situações, a resolução se dá com manifestações de violência física e simbólica.

Diante de toda problemática que norteia a vivência da família, evidencia-se a violência do tipo negligência que segundo Day (2003) “é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro (p.03) Uma mãe abandona seus quatro filhos em detrimento a seus sonhos de vida conjugal perfeita”.

Resultantes de um ambiente familiar conflituoso, adultos, crianças e adolescentes reproduzem ideologias e práticas que os levam a defrontar-se cotidianamente com as inúmeras formas de comunicação verbal ou simbólica negativada pelas agressões e utilizada como mecanismo de convivência.

5.2.3 A violência intrafamiliar e as consequências na aprendizagem

Analisando o processo de aprendizagem das crianças e adolescentes dentro do Projeto Casa Rebeca, foram entrevistadas as duas educadoras, que fazem o acompanhamento sócio-educativo desses sujeitos. Por meio das atividades de reforço escolar em todas as áreas, além do ensino processual da leitura e escrita, foi identificado dificuldades relacionadas a alfabetização e bem maior ainda ao letramento.

Filhos e filhas do abandono do lar, da violência física e simbólica e de uma família extremamente desestruturada, crianças e adolescentes desenvolvem suas capacidades mediante o contato com outras instituições. Na convivência neste espaço não escolar de ensino, evidencia-se falas das educadoras que demonstram o desempenho dos alunos provindos da escola regular e que são acompanhados por elas.

“Carol a mais nova é bem desenvolvida, sua escrita é razoavelmente boa, só tem algumas dificuldades para escrever algumas palavras mais difíceis e frases mais extensas. Mas para ela que está no 3º ano, ler e escreve bem” (Fala da educadora Lucivânia).

Com relação a Felipe o irmão mais velho de Joana, a educadora relata:

“Dudu está não 4º ano, mas é diferente. Ele tem mais dificuldade de escrever, mesmo estando numa série maior que a da irmã. Consegue juntar as sílabas, mas o processo é bem mais lento. Ler vagarosamente e escreve “engolindo” letras”.

Nas aulas de reforço segundo a educadora, comumente é percebido atividades escolares em que se trabalha bastante a cópia, ou deveres de um nível que eles ainda não dominam, passando assim a ocasionar uma dependência direta com a presença da educadora.

Dessa forma pode-se analisar que a aprendizagem sistemática destas crianças de desenrolam de forma precária, e sob uma visão mais amplificada

reconhecer que a situação de letramento ocupa o espaço distante do ideário de uma educação de qualidade.

“A gente tenta ensinar a ler e escrever de uma forma mais livre, mais se tornou algo muito difícil, pois se apegaram a dar resposta ditas pela professora nas atividades, então eles não querem escrever por si só. Sempre esperam que eu responda” (Fala da educadora Lucivânia).

Atividades respondidas, lição cumprida. E assim a aprendizagem de muitas crianças vai sendo efetivada. Desconstruir rotinas baseadas em preocupações padronizadas tornou-se um grande desafio para o projeto Casa Rebeca a qual coordeno, pois neste paradigma padronizam-se também as ideias, as compreensões.

Entre tantos contrapontos sociais e educativos, as formas de relacionar aprendizagem com a conjuntura familiar é bastante inquietadora. Equilibrar as sensações, os sentimentos e as revoltas interiores diante de um mundo de conhecimentos e informações muitas vezes impostos, prevê consequências notáveis no desenvolvimento das capacidades intelectuais. Como afirma a educadora Lucivânia:

“Tem dias que eles já chegam agressivos. Qualquer situação de confronto era motivo para brigas. Nesses dias eles nem querem fazer nada de atividades. Precisa de paciência para reverter o quadro de hostilidade deles. Nestes dias eu já sei, é quando eles apanham em casa”.

Nas palavras da educadora, muito se tem a fazer para alcançar uma aprendizagem significativa. Almejar o letramento como um caminho expansivo da alfabetização, onde o conjunto de letras expressadas nos papéis perde espaço para os pensamentos e reflexões críticas diante da realidade que vivem, é mais do que um desejo, é uma necessidade. Aprender a aprender, a pensar faz de crianças e adolescentes, pessoas que vivem e expressam a sua cidadania.

Questionando a educadora Maria Aparecida a respeito do desenvolvimento cognitivo dos adolescentes Kevin e Silvia, as falas apresentaram uma aproximação à realidade das crianças. Com alguns destaques importantes, ela exprime:

“Kevin possui uma dificuldade bastante preocupante. Ele perdeu a vontade de ir à escola, e de fazer qualquer que seja a atividade. Ele apreendeu da

rua, as motivações de viver sem regras, sem referências, e com valores minimamente aparentes. Tornou-se difícil manter ele no Projeto, pois lutar contra uma realidade opressora e liberal que desconsidera as limitações, princípios e respeito, sozinha sem apoio sequer da família, é muito difícil”.

Historicamente a educação brasileira tem se mostrado impotente em muitos aspectos. E na construção de sentidos e significados acerca dos conhecimentos múltiplos espalhados nos currículos e nas organizações é exorbitante. Promover uma educação de qualidade perpassa pela significação que cada discente constrói daquilo que lhe é apresentado como bom. E Kevin é mais do que um adolescente que vive nas ruas, é uma evidência da potencialidade da educação que o país, o Estado e o município assumem como política educacional.

“Kevin agora com 13 anos, no 4º ano fundamental, começou a dar seus primeiros passos na leitura. Mas sempre se sentia envergonhado de ler uma palavra simples com duas ou três sílabas. A escrita então, era feita com muita dificuldade, mesmo assim era constante. E aos poucos ele foi se distanciando do Projeto, que segundo ele, por vergonha de ler, porque não sabia” (Fala da educadora Maria Aparecida).

Superar os conflitos familiares diários, potencializando o desenvolvimento cultural, social, psíquico e político de sujeitos cada vez mais excluídos e marginalizados, tornou-se “uma nadar contra a correnteza” – (Freire, 1995), frente a uma sociedade de impossibilidades, de hierarquizações.

“Silvia, uma menina de 12 anos, mas com o corpo de 15 anos, estuda no 6º ano no colégio, já com tantas responsabilidades. Ela falta muito ao Projeto porque tem sempre que cuidar de alguém da casa. Tem uma participação boa nas atividades que proponho. Fica envergonhada de participar quando não sabe sobre o assunto, se sente incapaz” (Fala da educadora Maria Aparecida).

Questionada sobre o comportamento de Silvia na sala, ela respondeu:

“Silvia apresenta uma revolta muito grande nas suas falas nos corredores. As suas relações com os colegas da turma baseiam-se em tapas e apelidos. Ela até me obedece quando a chamo atenção, mas a relação agressiva que tem em casa com os avós, reflete diretamente em seu comportamento na Casa Rebeca”.

Compreender o conflituoso contexto em que vivem estas crianças e adolescentes foi bastante proveitoso para este estudo. Por que além da aproximação entre teoria e prática, descobertas relevantes foram feitas diante das vivências empíricas, a exemplo da importância da terapia familiar como recurso de acompanhamento social e psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entrelaçar conhecimentos a respeito da violência intrafamiliar e suas consequências no comportamento da criança e do adolescente foi bastante significativo, uma vez que se aprofundou um olhar investigativo diante da conjuntura social vigente.

Mapear as causas, analisar os paradigmas perpassados por entre esta problemática, incita-nos a buscar constantemente o construir e reconstruir de saberes, descobrindo que estamos inacabamento enquanto ser que pesquisa e tenta compreender as histórias acontecidas diariamente entre os sujeitos invisibilizados socialmente.

Percorrer as enraizações das causas do comportamento de crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar foi bastante interessante, pois fez-me entrelaçar possíveis hipóteses que se afirmaram ao longo de todo processo de efetivação desta pesquisa.

Perceber os conflitos entre pais, mães e filhos, adicionados à falta de afeto entre eles como consequências de relações sociais, políticas e econômicas desiguais, foi o ápice para o desvelamento da relevância da terapia familiar como intervenção positiva para esse problema social.

Reconhecer as lutas e resistências de crianças e adolescentes em nossa sociedade desigual é imprescindível. Por isso, ressaltar a relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselhos e iniciativas de proteção aos menores, como os abrigos e instituições não-formais que assumem esta causa, faz-se necessário.

Perceber a existência de problemas como a desigualdade de direitos, as contraposições de classes sociais que termina por nortear as relações entre as pessoas e seu *status* condicionante, faz-nos reconhecer as potencialidades que os seres humanos possuem face a esse mundo que habita.

Como sujeitos atuantes dessa engrenagem social que vivencia dia a dia, o olhar investigativo é direcionado para a realidade de crianças e adolescentes vítimas da violência intrafamiliar, visualizando este problema social como algo inquietador,

tendo em vista uma mudança de paradigma em favor desses sujeitos, em busca de um tempo presente mais promissor e qualitativo.

Sabemos que o chão que hoje pisam crianças e adolescentes pertencentes a camadas marginalizadas da sociedade, é um tanto quanto opressor, onde cultiva-se a luta cotidiana pela sobrevivência e dignidade de vida, que historicamente foi negada em detrimento a uma ideologia multifacetada de preconceitos e interesses particulares individualistas.

Inseridos nesta conjuntura de violência, desestrutura familiar, falta de perspectiva de vida, desemprego, prostituição e alcoolismo, acreditamos na eficiência da terapia familiar como mecanismo de promoção e compreensão da realidade em questão. Ampliar os incentivos de transformação das situações reais implicadas nas vivências das crianças e adolescentes torna-se um caminho indispensável para compreender suas histórias seus agentes a ela relacionados.

REFERÊNCIAS

- AGAZZI, Aldo (Org.). **Educazione e societá nel mondo contemporaneo**. Brescia: La Scuola. 1965;
- ANACLETO, Maria Imaculada de Carvalho. **Terapia familiar: eles entre as concepções analíticas e sistêmicas**. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2000 . Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso dia 06 de agosto de 2012
- BARROS, Nivia Valença. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Disponível em. Acesso dia 08 de outubro de 2011.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LAHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica: Um guia para a iniciação científica** – 2. Ed. Ampliada, São Paulo, Makron Books, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço** / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p.: il. – (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 8) – (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 131).
- CARNEIRO, Terezinha Féres. **Terapia Familiar: das divergências às possibilidades de articulações dos diferentes enfoques**. *Psicologia. ciencia. prof.* [online]. 1996, vol.16, n.1, pp. 38-42. Disponível em <http://www.scielo.br/>: Acesso dia 12 de novembro de 2011.
- DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de M. de. **Psicologia na Educação**. Coleção Magistério 2º Grau Série Formação do Professor. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **FAMÍLIA BRASILEIRA: a base de tudo**. 2. ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Cortez, Brasília, DF: UNICEF,
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. – Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____, Paulo. **Política e educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995. (coleção questões de nossa época; v.23).
- GARCIA, Regina Leite. **Método; Métodos e contramétodo** – São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995^a, p. 57-63.

GOMES, J. V. **Família: cotidiano e luta pela sobrevivência**. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC / Cortez, 2002. p. 61 – 72.

GOODE, William J. & HATT & Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: ed. Nacional, 1977.

HOFFMAN, Edward. **A Sabedoria de Carl Jung**, 1^a Ed. São Paulo, Palas Athena, 2005.

LEÃO, N. C. Causas da violência. In: LEAL, C. B.; PIEDADE JÚNIOR. **Violência e vitimização – A face sombria do cotidiano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. Cap. 16. 218-223.

LEVINE, A. Peter, FREDERICK Ann. **O Despertar do Tigre**. Vol.57 São Paulo, Summer Editorial, 1999

LUDKE M, André Meda. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo:EPU, 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. ed. Salvador: EDUCBA, 2004.

MALDONADO, M. T. **Caminhos de prevenção da violência doméstica e escolar construindo paz - Adolescência Latino americana**. 1^a Ed. Teresópolis, Vozes,1998.

MALTA, Silvia B. Brito. **Violência na Família: uma matriz da violência na sociedade**. Centro de Formação Talita / Pastoral do Menor Reg. NE-3.

MICHAUD, Yves. **A Violência. Série Fundamentos**. São Paulo: Ática, 1989. Tradução de L. Garcia. p. 11-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004

PASQUA, Leonardo Della. **Novas configurações familiares, antigas questões**. Porto Alegre, 2011. Disponível em <http://leonardodellapasqua.com.br>
Acesso em: 23 set. 2011.

PIAGET, Jean. **O Raciocínio a Criança**. Tradução: Valerie Rumjanek Chaves. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1967.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 4. ed. SP: Atlas, 1996

SANDALOWSKI, Mari Cleise. **Sistema de justiça criminal e violência doméstica contra as crianças e os adolescentes: um estudo sociológico**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/>

TABONE, Marcia. **A psicologia transpessoal. Introdução à nova visão da Consciência em Psicologia e Educação**. São Paulo: Cultrix, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2 ed.) Porto Alegre: Bookman, 2001.